**Exmo. Sr. Presidente da Comissão Diretiva do Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana, Engenheiro Abel Mascarenhas;**

**Exma. Sra. Diretora Regional Adjunta de Economia, Dra. Patrícia Dantas;**

**Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, Dr. Jorge Faria;**

**Exma. Sra. Vogal da Comissão Diretiva do Instrumento Financeiro de Reabilitação Urbana, Dra. Dina Ferreira;**

**Exmos. Senhores autarcas;**

**Exmos. Senhores representantes das instituições financeiras;**

**Exmos. Senhores representantes das diversas ordens profissionais;**

**Demais entidades Públicas e Privadas;**

**Minhas Senhoras e meus senhores;**

Quero antes de mais saudar todos os envolvidos na organização desta sessão pública de divulgação do IFRRU 2020, em particular à Comissão Diretiva da Estrutura de Gestão, bem como ao Instituto de Desenvolvimento Empresarial e a todas as entidades, públicas e privadas, que a apoiam ou nela participam, e sem as quais a sua realização não seria possível.

Permitam-me também aqui uma palavra especial à Dra. Dina Ferreira, pelo profissionalismo, competência e espírito de colaboração que sempre colocou ao serviço da Madeira, nesta e noutras matéria em que, em diferentes fases da construção europeia, houve oportunidade de colaborar.

A todos os presentes, espero que aproveitem a presença dos vários parceiros neste importante instrumento financeiro para promover o conhecimento efetivo sobre este programa de apoio à reabilitação e revitalização urbanas e as oportunidades de financiamento e apoios disponíveis.

Pelo Governo Regional, posso deixar-vos a garantia que a reabilitação urbana é uma prioridade absoluta para a qual estamos muito sensibilizados e comprometidos, por forma a criar as condições para que esta passe de exceção à regra e se torne na forma de intervenção predominante.

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

A construção tem tido um papel muito relevante no desenvolvimento económico e social da nossa Região.

HOJE, a Madeira está equipada com um vasto conjunto de património edificado e infraestrutural, construído ao longo dos últimos 40 anos, e que foi fundamental para o desenvolvimento económico e social e uma alavanca ao progresso, ao emprego e às melhores condições de vida dos Madeirenses e Porto-Santenses.

Mas **no domínio da infraestruturação chegámos ao fim de um ciclo**, sendo que em termos de grandes obras estão apenas por executar a construção do novo Hospital da Madeira – uma infraestrutura prioritária e urgente – e alguns projetos essenciais ao nosso desenvolvimento integrado e sustentado, que se justificam serem concluídos pelo investimento já feito e por responderem aos anseios das populações **que há muito aguardam pela sua concretização**.

É igualmente claro que o modelo de desenvolvimento assente na construção nova **já se encontra esgotado**.

Em resposta a novos desafios de natureza social, económica, ambiental e cultural, a aposta já não se encontra na expansão dos centros habitacionais, mas sim no regresso das populações aos centros urbanos.

**As cidades antigas voltam a ser as cidades do futuro**.

Reabilitar é, pois, a palavra de ordem e a ferramenta essencial, quer se fale de conservação e defesa do património, quer se fale de ordenamento do território, de desenvolvimento sustentado e de coesão social.

E, neste sentido, a Região tem um conjunto de património edificado e infraestrutural que é necessário manter, para que continue a servir de forma eficiente as populações.

A conservação e reabilitação do património edificado constitui, assim, uma preocupação crescente tendo em vista a prossecução do interesse público e a racionalização dos recursos disponíveis, estando definida no Programa de Governo como uma prioridade e elemento indispensável da política de desenvolvimento económico sustentável da Região Autónoma da Madeira.

A este nível podemos referir, sem qualquer tipo de modéstia, que o Governo Regional tem dado, de facto, o mote e o exemplo para que outros o sigam em matéria de reabilitação e recuperação.

Mais do que palavras, a Região e o seu Governo tem procedido, nos últimos anos, a numerosas operações concretas. A nossa intervenção não se limitou à aquisição de imóveis nem ao revestimento de fachadas e outras operações de cosmética.

Reabilitámos edifícios emblemáticos que se encontravam degradados e sem uso, como é exemplo o prédio onde, durante anos, funcionou a Imprensa Regional e que serve agora de arquivo ao Museu Vicentes.

Renovámos o Ateneu Comercial do Funchal, a antiga FAOJ, o edifício onde funcionava o Comando Regional da PSP e onde atualmente se encontra instalada a Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

Requalificámos o antigo mosteiro na Rua do Seminário para a instalação dos serviços da Direção Regional de Energia e Transportes e remodelámos o edifício localizado na Rua Alferes Veiga, tendo em vista a sua reabilitação para outros serviços públicos.

As Escolas Francisco Franco e Jaime Moniz foram também intervencionadas e foram contempladas obras de conservação na Casa Museu Frederico de Freitas e no Infantário Auxílio Maternal do Funchal.

Neste momento, o Governo Regional está a proceder à recuperação de um imóvel na Rua da Carreira, onde será instalada a Secretaria Regional da Saúde, dando vida a um prédio que esteve fechado durante muitos anos e que, agora, vai ajudar a **revitalizar e a valorizar esta artéria** **no coração da cidade do Funchal**.

Juntamente com a recuperação e revitalização em curso do Museu Vicentes, estes investimentos do Governo Regional totalizam mais 25 mil metros quadrados de área já reabilitada e **todos na Área de Requalificação Urbana do Funchal**.

E há ainda a juntar **mais 35 mil metros quadrados** da reabilitação da Quinta Magnólia, igualmente em fase de requalificação.

No total, este Governo Regional **já investiu mais de oito milhões de euros** na recuperação de património público do Funchal.

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

É neste enquadramento que o IFRRU 2020 assume extrema importância para a reabilitação e revitalização urbanas, contribuindo, através do financiamento, para que os proprietários dos imóveis possam proceder à recuperação de edifícios que, de outra forma, não seria possível fazê-lo, ou que, sem ele, seria mais difícil concretizar.

Por isso, este programa, que na Madeira é gerido pelo Governo Regional, através do Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE), funciona como uma alavanca importante, dando o mote para que a recuperação de imóveis aconteça, quer por iniciativa privada, quer por iniciativa pública.

Para tal, o Governo Regional alocou, desde a primeira hora, verbas do seu Programa Operacional (Madeira 14-20) a esta tipologia de investimentos através de instrumentos financeiros, sendo que por cada euro alocado corresponde mais um euro a conceder pela Banca, permitindo **uma alavancagem de duas vezes do investimento público** associado ao instrumento.

Por outro lado, **constitui uma aposta do Governo Regional** promover uma política de descentralização do investimento em reabilitação urbana no território regional e, simultaneamente, obter a colaboração das diferentes câmaras municipais na sua operacionalização, cabendo a estas, dentro do quadro legal existente, conceder os respetivos benefícios fiscais.

Graças aos esforços desenvolvidos pelo Governo Regional, através do IDE, e a estrutura de gestão do IFRRU, na montagem e promoção do referido instrumento financeiro, a Região já começa a ver o retorno de todo o trabalho desenvolvido.

Efetivamente, os dois primeiros projetos desenvolvidos e contratados no âmbito do IFRRU 2020 são da Madeira e destinam-se à reabilitação integral de prédios para a área do Turismo, no concelho do Funchal, representando um investimento de 1,5 milhões de euros.

Neste momento, encontram-se **mais dois projetos da Madeira prontos a serem contratualizados** e **15 intenções de investimento**, estando os interessados a começar os processos de candidaturas ao IFRRU 2020.

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Através do IFRRU, todo o investimento, quer público, quer privado, funciona também como estímulo às pequenas e médias empresas ligadas à construção civil, promovendo a criação de emprego, fortalecendo a estrutura produtiva e, consequentemente, o desenvolvimento regional.

O Indicador de Atividade Regional mostra, com efeito, que a economia madeirense, muito impulsionada pelo sector de construção, tem continuado o ciclo de crescimento, não parando de crescer desde junho de 2013 até ao último mês de 2017.

Os últimos dados da Direção Regional de Estatística revelam que, em 2017, os edifícios concluídos ascenderam a 268 edifícios, traduzindo-se num aumento de 43,3% face a 2016 (187).

 Até ao 3.º trimestre de 2017, venderam-se mais de 2 mil alojamentos familiares na Região. Um aumento de 26,2% face ao mesmo período do ano passado, inferindo-se que o ano de 2017 foi um ano de crescimento no sector imobiliário, à semelhança do que aconteceu em 2015 e 2016.

Outro dado indiciador de dinâmica no sector da construção diz respeito ao peso dos alojamentos novos face aos de “2.ª mão”, que também cresceu em relação ao ano anterior (21,9% em 2016 contra 24,6% nos primeiros três trimestres de 2017).

Intimamente ligados ao sector imobiliário estão os dados da comercialização de cimento que, em 2017, fixou-se em 109,4 mil toneladas, registando um aumento de 11,6% face a 2016.

Dado o efeito multiplicador do emprego da construção civil na economia, cada posto de trabalho criado nesta área induz mais dois postos de trabalho em sectores a montante ou a jusante.

Mas há também efeitos resultantes da melhoria das condições do património edificado que são positivos e não mensuráveis, como o nível do bem-estar, da saúde e da segurança das populações.

Por isso mesmo, o Governo Regional da Madeira está muito focado no apoio aos empresários que escolham investir na Região e aos projetos que aparecerem nesta área da reabilitação urbana, que assume um papel preponderante na atratividade das nossas cidades e em benefício do nosso turismo, com impacto direto na competitividade da nossa economia.

A reabilitação do património edificado é, assim, um dever da sociedade.

Muito obrigado.

O Vice-Presidente do Governo Regional, 19 de março de 2018